



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 3093

Florianópolis/SC, sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

pg. 1

Sumário:

Orgãos Municipais	Pg.
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO	3
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	3
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	5
AUTARQUIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL	5
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS	5
ANEXOS	6 0

(clique nos itens para consulta)

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL

DECRETO N. 23.420, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021. ESTABELECE PONTOS FACULTATIVOS NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL O PREFEITO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 74, inciso IV da Lei Orgânica do Município e, CONSIDERANDO a publicação do Decreto Estadual n. 1.625, publicado no DOE n. 21.669, de 16/12/2021, que altera e fixa o calendário dos órgãos e das entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual; DECRETA: Art. 1º. Ficam estabelecidos como pontos facultativos os dias 24 e 31 de dezembro de 2021 nos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal. Art. 2º Fica garantido pela Administração Pública Municipal o atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas no artigo anterior incluindo aqueles referentes à vacinação da Covid-19. Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, aos 17 de dezembro de 2021. GEAN MARQUES LOUREIRO PREFEITO MUNICIPAL EVERSON MENDES SECRETÁRIO MUNICIPAL DA CASA CIVIL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 02113/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004751/2021, com base no artigo 38 da Lei

Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora BEATRIZ RAMIREZ JACO, matrícula nº 53648-2, ocupante do cargo de MEDICO, classe 01, nível A, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 01 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 02114/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004694/2021, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, o servidor ARI OJEDA OCAMPO MORE, matrícula nº 26287-0, ocupante do cargo de MEDICO, classe 02, nível A, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 01 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 02115/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004833/2021, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS, matrícula nº 53208-8, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, classe 01, nível A, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a partir de 08 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 02116/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004712/2021, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, o servidor FERNANDO LEE INACIO, matrícula nº 30355-0, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, classe 02, nível A, lotado na SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL, a partir de 03 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 3093

Florianópolis/SC, sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

pg. 2

PORTARIA Nº 02117/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004628/2021, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora FERNANDA BENTA CARDOSO, matrícula nº 30211-2, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SALA, classe 02, nível A, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, a partir de 06 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 02118/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004775/2021, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, o servidor ELEANRO ANTUNES, matrícula nº 30318-6, ocupante do cargo de MOTORISTA, classe 02, nível G, lotado na SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL, a partir de 06 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 02119/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004782/2021, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora VIVIANI CATARINA MACEDO, matrícula nº 25874-1, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, classe 02, nível A, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 06 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 02120/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004833/2021, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora SANDRA

ELISABETE JUST, matrícula nº 23584-9, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, classe 02, nível F, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 09 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 02121/2021 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 23, inciso II, "a" da Lei Orgânica Municipal de Florianópolis e o Decreto 11.359, de 11 de março de 2013, considerando o que consta no processo nº 004450/2021, com base no artigo 38 da Lei Complementar 063/2003, RESOLVE: Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, a servidora KEYLLA SOUZA CARVALHO FROTA, matrícula nº 53156-1, ocupante do cargo de TECNICO DE ENFERMAGEM, classe 01, nível A, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, a partir de 09 de dezembro de 2021. Florianópolis, 14 de dezembro de 2021. RONALDO BRITO FREIRE Secretário Municipal da Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2020/SMS/PMF - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR ULTRASSONOGRAFIA ADULTO E PEDIÁTRICA. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Comissão Especial de Credenciamento para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, torna público que após abertura dos envelopes dos documentos de habilitação e de qualificação técnica para o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2020/SMS/PMF, que tem como objetivo a contratação de prestadores para a realização de PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR ULTRASSONOGRAFIA ADULTO E PEDIÁTRICA, teve como resultado o **CREDENCIAMENTO** do prestador **SONAR ULTRASSONOGRAFIA EIRELI – CNPJ 13.926.774/0001-90. Data: 10/12/2021. Assinaturas:** Carlos Alberto Justo da Silva, Secretário Municipal de Saúde e Jean Pacifico, Coordenador da Comissão Especial de Credenciamento.

RESULTADO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2020/SMS/PMF - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR ULTRASSONOGRAFIA COM DOPPLER. A Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Comissão Especial de Credenciamento para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde, torna público



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 3093

Florianópolis/SC, sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

pg. 3

que após abertura dos envelopes dos documentos de habilitação e de qualificação técnica para o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2020/SMS/PMF, que tem como objetivo a contratação de prestadores para a realização de PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA POR ULTRASSONOGRRAFIA COM DOPPLER, teve como resultado o **CREDENCIAMENTO** do prestador **SONAR ULTRASSONOGRRAFIA EIRELLI – CNPJ 13.926.774/0001-90**. **Data:** 10/12/2021. **Assinaturas:** Carlos Alberto Justo da Silva, Secretário Municipal de Saúde e Jean Pacifico, Coordenador da Comissão Especial de Credenciamento

renovação de alvará será indeferido. Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 16 de novembro de 2021. **NELSON GOMES MATTOS JUNIOR, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano.**

PREGÃO ELETRÔNICO 501/SMA/DSLC/2021 – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de demolição de obras irregulares, incluindo carga e destinação de materiais e entulhos, mão de obra e transporte para a SMDU. **Dia 04 de janeiro de 2022, às 9h. Endereço eletrônico:** <http://wbc.pmf.sc.gov.br>. **O Pregoeiro.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/SMDU/GAF/DA/2021. O Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, inciso I, da Lei Orgânica do Município, e Considerando a Lei Complementar 60 de 2020 (Código de Obras de Florianópolis), em especial para acrescentar maior eficiência à legislação, **RESOLVE:** Art. 1º - O processo de renovação de alvarás de licenciamento de obras requerido pelo proprietário de forma online, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, portando CPF e RG, em qualquer Unidade Pró-Cidadão, deverá conter os seguintes documentos obrigatórios: I – Cópia do CPF ou CPNJ; II – Cópia do Alvara anterior emitido pela SMDU; III – Laudo fotográfico contendo fotos externa e internas de todo o empreendimento; IV – Declaração de Autenticidade do laudo fotográfico (anexo I) por parte do proprietário e/ou responsável técnico, ficando ciente dos efeitos jurídicos e legais, podendo o declarante ser processado criminalmente em caso de falsidade de informações apresentadas pelo mesmo. Art. 2º - A documentação apresentada, será encaminhada ao analista técnico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SMDU, junto ao Setor de Aprovação de Projetos. §1º - Nos casos em que a documentação não estiver de acordo com o Art. 1º desta Instrução Normativa, será notificado o Requerente para que, no prazo de 90 dias, instrua o requerimento com os documentos necessários e aptos à darem prosseguimento ao processo de licenciamento requerido. §2º - No caso de não apresentação dos documentos no prazo entabulado no caput deste artigo, e/ou, o Requerente seja notificado por 03 (três) oportunidades para adequação de documentação e não o fizer, o processo de

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

PORTARIA Nº 070/2021 - O Secretário Municipal do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Lei Complementar Nº 706/2021, e considerando os dispostos dos artigos 58 e 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, **RESOLVE:** Art. 1º - Designar o empregado Denilson Fidelis, matrícula 17663-0, para exercer o encargo de Fiscal da Ata de Registro de Preços Nº 871/SMMA/2021, firmada entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a empresa ILSON PFLEGER & CIA LTDA. - ME, CNPJ nº: 02.706.078/0001-51, que tem por objeto: "Aquisição de mudas de plantas ornamentais, gramas e terra para serem utilizadas em projeto de paisagismo em área do Município, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Florianópolis/SC". Art. 2º - Designar o empregado Diogo Altino dos Santos, matrícula 56391-9, para, na ausência do titular, exercer o encargo de Fiscal da Ata de Registro de Preços Nº 872/SMMA/2021, firmada entre a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a empresa ILSON PFLEGER & CIA LTDA. - ME, CNPJ nº: 02.706.078/0001-51. Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 16 de dezembro de 2021. **Fábio Gomes Braga - Secretário Municipal do Meio Ambiente.**

PORTARIA Nº 071/2021 - O Secretário Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n. 706 de 27/01/2021, e considerando os dispostos no Parágrafo Único do artigo 4º e no artigo 5º do Decreto Municipal nº 23.247 de 14 de outubro de 2021, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, edição nº 3050, de 14 de outubro de 2021. **Resolve:** Art. 1º Designar os membros para compor o "Grupo de Trabalho de



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 3093

Florianópolis/SC, sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

pg. 4

Auditoria e Regularização das Soluções Alternativas Coletivas (SAC) de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário Independentes não Concessionados” instituído no Decreto, para que no prazo de 2 (dois) anos promova uma auditoria técnico-operacional e patrimonial das soluções alternativas coletivas (SAC) de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, não concessionados, estabelecidos no município, com objetivo de regularizar a prestação dos serviços, em conformidade com Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Florianópolis. Segue abaixo os representantes indicados: I - Representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), por meio da Superintendência de Saneamento Básico (SMSB):- Titular: Geólogo Márcio Ishihara Furtado- Suplente: Eng^a Aline Sardá II - Representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), por meio da Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS):- Titular: Fiscal Sr. Carlos André Pincelliu- Suplente: Fiscal Sra. Iara Réus Magalhães III - Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), por meio da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU):- Titular: Arquiteta Sra. Telma de Oliveira Pitta- Suplente: Secretário Adjunto Sr. Marcelo Guaraldi Bohrer IV - Representantes da Secretaria Municipal de Administração (SMA), por meio da Diretoria do Sistema de Gestão Administrativa (DSGA):- Titular: Sr. Ewerton Agenor Sardá- Suplente: Sr. Raul Adílio Braz V - Representantes da Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC):- Titular: Bióloga Larissa Martins- Suplente: Gerente de Fiscalização Sra. Luiza Kaschny B. Burgardt Art. 2º - Fica designado o Sr. Laudelino de Bastos e Silva, Superintendente Municipal de Saneamento Básico, na condição de Coordenador; o Eng^o João Henrique de Siqueira Quissak Pereira, como Coordenador Adjunto; e como apoio administrativo e operacional as estagiárias de engenharia sanitária ambiental Srta. Ana Laura Trombim de Souza e Srta. Eduarda Coradini da Silva. Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 16 de Dezembro de 2021. Fábio Gomes Braga - Secretário Municipal do Meio Ambiente.

PORTARIA Nº 072/2021 - O Secretário Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Florianópolis, no uso das atribuições e com fundamento no que dispõe o inciso II, do Artigo 82, da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, o Artigo 8º, do Decreto Municipal Nº 14.942, de 27 de julho de 2015, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, edição nº 1508, de 28 de julho de 2015, alterado pelo Decreto Municipal Nº 23.357, de 24 de novembro

de 2021, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Florianópolis, edição nº 3076, de 24 de novembro de 2021. Resolve: Art. 1º Designar os membros para compor a “Comissão Especial” para propor políticas públicas e medidas técnico-operacionais vinculadas à drenagem e manejo das águas pluviais, tendo como objetivo subsidiar a elaboração do Plano Diretor de Drenagem e Manejo das águas pluviais urbanas do Município de Florianópolis, conforme segue abaixo, com a seguinte representação: I - Representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), por meio da Superintendência de Saneamento Básico (SMSB): titular: Geólogo Márcio Ishihara Furtado; e Suplente: Eng^a Aline Sardá. II - Representantes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), por meio da Superintendência de Gestão de Resíduos Sólidos (SMGR): Titular: Sr. Wilson Roberto Cancian Lopes; e Suplente: Sr. Paulo Roberto da Rocha e Pinho; III - Representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SMI), por meio da Superintendência de Obras (SMO): Titular: Eng^o Marco Antônio Moser; eSuplente: Eng^o Ricardo Miguel Voss;IV – Representantes do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF): Titular: Sr. Alexandre Félix; eSuplente: Sr. Felipe Paulo de Oliveira;V – Representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), por meio da Superintendência de Desenvolvimento Urbano (SDU):Titular: Sra. Telma de Oliveira Pitta; e Suplente: Sr. Marcelo Guaraldi Bohrer; VI – Representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FLORAM):Titular: Sr. Guilherme Graciosa Pereira; e Suplente: Sr. Murilo Custódio Oselame;VII – Representantes da Secretaria Municipal de Segurança Pública (SMSP), por meio da Diretoria da Defesa Civil Municipal (DDC): Titular: Luiz Eduardo Machado; eSuplente: Juliano Pereira; VII – Representantes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), por meio da Diretoria de Vigilância em Saúde (DVS): Titular: Sr. Carlos Gonçalves Gil; eSuplente: Sr. Carlos André Santos Pincelli; VIII – Representantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Departamento de Engenharia Ambiental: Titular: Professora Dra. Alexandra Rodrigues Finotti; eSuplente: Professora Dra. Patrícia Kazue Uda;Art. 2º - Fica designado o Sr. Osinaldo da Cruz Junior, Diretor de Saneamento, na condição de Coordenador; o Eng^o João Henrique de Siqueira Quissak Pereira, como Coordenador Adjunto; e como apoio administrativo e operacional as estagiárias de engenharia sanitária ambiental Srta. Ana Laura Trombim de Souza e Srta. Eduarda Coradini da Silva. Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.. Florianópolis, 16



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 3093

Florianópolis/SC, sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

pg. 5

de Dezembro de 2021. Fábio Gomes Braga - Secretário Municipal do Meio Ambiente.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 611/SMA/DSLC/2021 - OBJETO: Locação do imóvel comercial situado a Rua Santos Dumont, n. 124, Centro, Florianópolis, CEP 88.015-020, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Florianópolis, matrícula 11.931, inscrito no cadastro imobiliário da PMF sob o nº 52.27.081.0564.001-620, para instalação do Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil (CAPSi). CONTRATADO: Norma Mussi, neste ato representando pelo Sr. Henrique Stefan Junior. VIGÊNCIA DO CONTRATO: O presente contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme legislação. VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$13.900,00 (treze mil e novecentos reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art 24, X da Lei 8.666/93.

AUTARQUIA DE MELHORAMENTOS DA CAPITAL

PORTARIA: CEF 0041/21 - O Diretor Presidente da Autarquia de Melhoramentos da Capital - COMCAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Complementares Nº 618/2017 e 706/2021 e pelo Decreto Municipal Nº 22.569, e por conveniência administrativa, RESOLVE: Artigo 1º - CESSAR EFEITOS, a partir de 15/12/2021, da Portaria CTD 000024/21 de 07/01/2021 de ANDRE LUIZ DA SILVA, matrícula nº 80.409, lotado(a) na Operação Verão, a pedido do(a) servidor(a). Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de 15/12/2021, revogando-se as disposições em contrário. FLORIANÓPOLIS, 15 de Dezembro de 2021. Valter José Gallina Diretor Presidente COMCAP

PORTARIA: CEF 0042/21 - O Diretor Presidente da Autarquia de Melhoramentos da Capital - COMCAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Complementares Nº 618/2017 e 706/2021 e pelo Decreto Municipal Nº 22.569, e por conveniência administrativa, RESOLVE: Artigo 1º - CESSAR EFEITOS, a partir de 15/12/2021, da Portaria CTD 000014/21 de 07/01/2021 de DIEGO ALEXANDRE REIS, matrícula nº 80.399, lotado(a) na Operação Verão, a pedido do(a) servidor(a). Artigo 2º - Esta portaria entrará

em vigor na data de 15/12/2021, revogando-se as disposições em contrário. FLORIANÓPOLIS, 15 de Dezembro de 2021. Valter José Gallina Diretor Presidente COMCAP

PORTARIA: CEF 0043/21 - O Diretor Presidente da Autarquia de Melhoramentos da Capital - COMCAP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelas Leis Complementares Nº 618/2017 e 706/2021 e pelo Decreto Municipal Nº 22.569, e por conveniência administrativa, RESOLVE: Artigo 1º - CESSAR EFEITOS, a partir de 19/12/2021, da Portaria CTD 000018/21 de 07/01/2021 de MARLLON FREDERICO, matrícula nº 80.403, lotado(a) na Operação Verão, a pedido do(a) servidor(a). Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de 19/12/2021, revogando-se as disposições em contrário. FLORIANÓPOLIS, 19 de Dezembro de 2021. Valter José Gallina Diretor Presidente COMCAP

CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 05 AO CONTRATO Nº 09/2018 - Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Licitação: Pregão Presencial nº 17/2018. Objeto: Contratação de empresa para locação de software Solução de Gestão de Plenária, Gerenciador de Gabinetes, Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Processo Legislativo e manutenção do site da Câmara Municipal de Florianópolis. Contratada: CONECTAA DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS EIRELI. Objeto do Termo: Fica o contrato prorrogado por 30 (trinta) dias a partir do dia 28 de dezembro do corrente. Fundamento Legal: Inciso IV, do Art. 57º da Lei de Licitações nº 8.666/93. Florianópolis, 16 de dezembro de 2021. Vereador ROBERTO KATUMI ODA – Presidente da CMF.



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

Edição Nº 3093

Florianópolis/SC, sexta-feira, 17 de dezembro de 2021

pg. 6

ANEXOS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECISÃO 41/2021

O Presidente do Tribunal Administrativo Tributário torna público o resultado dos julgamentos dos Processos Administrativos referente a reclamações e recursos tributários. O inteiro teor da decisão está disponível para consulta no endereço na Travessa Osmar Regueira, esquina com João Pinto, Centro, Florianópolis, 1º andar, ficando cientes para todos os efeitos legais.

Nº	010191/2020	Relator	Jéssica da Costa
Reclamante	ALEXANDRE EMILIO SPENGLER		
Valor histórico	R\$ 4.173,42		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, conhecer da Reclamação para, no mérito, negar-lhe provimento.		
Ementa	TCRS - LC 136/2004 – O LIMITADOR CRIADO PELA LC 136/2004 É DE APLICAÇÃO EXCLUSIVA NO EXERCÍCIO 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO ABRANGIDO PELA LEGALIDADE. IMÓVEL COM UTILIZAÇÃO TIPO COMERCIAL. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA – UNÂNIME.		
Nº	006748/2021	Relator	Dalton Cezer Gonçalves de Souza
Reclamante	Fabiano Brunetto		
Valor histórico	R\$ 7.551,11		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da 2ª Câmara Julgadora do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em não conhecer da Reclamação.		
Ementa	TCRS. LANÇAMENTO EM RELAÇÃO A ANO-EXERCÍCIOS ANTERIORES A TCRS/2021. INTEMPESTIVIDADE. TCRS DO ANO DE 2021. REVISÃO DE VALOR. RECLAMAÇÃO QUE NÃO QUESTIONA NENHUM ASPECTO DO LANÇAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DO INCONFORMISMO COMO RECLAMAÇÃO NOS MOLDES DO ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR 574/2016. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNÂNIME.		

Nº	006780/2021	Relator	Dalton Cezer Gonçalves de Souza
Reclamante	Paulo Biagioni Mendes		
Valor histórico	R\$ 1.196,79		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da 2ª Câmara Julgadora do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.		
Ementa	TCRS. NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO. ANO-EXERCÍCIO 2021. ADEQUAÇÃO DO VALOR DA TAXA AO USO DO SERVIÇO. SERVIÇO DE UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA. SERVIÇO DISPONIBILIZADO AO CONTRIBUINTE. POTENCIAL UTILIZAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 305 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 007/97. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. UNANIMIDADE.		

Nº	004119/2020	Relator	Samuel Blazius de Oliveira
Reclamante	ALDANIR MARIA TEIXEIRA		
Valor histórico	R\$ 2.461,54		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em não conhecer a Reclamação.		
Ementa	TCRS. RECLAMAÇÃO QUE NÃO APRESENTA ELEMENTOS SUFICIENTES PARA ANÁLISE. NÃO ATENDE A FORMA LEGAL MÍNIMA PARA SEU CONHECIMENTO. REVISÃO DO VALOR VENAL. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNANIMIDADE.		
Nº	01969/2020	Relator	Osly Müller
Reclamante	MCA - CONSTRUÇOES E INCORPORACOES LTDA.		
Valor histórico	R\$ 1.326,27		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em não conhecer a Reclamação.		
Ementa	IPTU. RECLAMAÇÃO QUE NÃO APRESENTA ELEMENTOS SUFICIENTES PARA ANÁLISE. NÃO ATENDE A FORMA LEGAL MÍNIMA PARA SEU CONHECIMENTO. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNANIMIDADE.		
Nº	000626/2020	Relator	Osly Müller
Reclamante	HAMILTON JOSE BERRETA NETO		
Valor histórico	R\$ 478,21		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em não conhecer a Reclamação.		
Ementa	TCRS. REVISÃO. FREQUÊNCIA DE COLETA. NÃO ATENDE A FORMA LEGAL MÍNIMA PARA SEU CONHECIMENTO. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNANIMIDADE.		

Secretaria do Tribunal Administrativo, Florianópolis, 16 de dezembro de 2021. (GC)

PAULO ROBERTO SILVEIRA DE BORBA - PRESIDENTE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECISÃO 44/2021

O Presidente do Tribunal Administrativo Tributário torna público o resultado dos julgamentos dos Processos Administrativos referente a reclamações e recursos tributários. O inteiro teor da decisão está disponível para consulta no endereço na Travessa Osmar Regueira, esquina com João Pinto, Centro, Florianópolis, 1º andar, ficando cientes para todos os efeitos legais.

Nº	011229/2020	Relator	Daniele Dagort
Reclamante	HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		
Valor histórico	R\$ 767,75		
Procurador	LUANA REGINA DEBATIN TOMASI 28.524/SC.		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em não conhecer da Reclamação.		
Ementa	TCRS. PERDA DO OBJETO. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNANIMIDADE.		
Nº	011231/2020	Relator	Daniele Dagort
Reclamante	HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		
Valor histórico	R\$ 2.782,28		
Procurador	LUANA REGINA DEBATIN TOMASI 28.524/SC.		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer e negar provimento à Reclamação.		
Ementa	TCRS. IMOVEIS NÃO RESIDENCIAIS. NÃO APLICAÇÃO DO LIMITADOR PREVISTO NO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 136/2004. APLICAÇÃO INTEGRAL DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 007/1997, COM ALTERAÇÕES DADAS PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL n.º 132/2003. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. UNANIMIDADE.		
Nº	01237/2019	Relator	Janine Amorim Guidi
Reclamante	RODRIGO HENRIQUE SCHMITT		
Valor histórico	R\$ 3.862,15		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer e negar provimento à Reclamação		
Ementa	IPTU. IMÓVEL EDIFICADO TRIBUTAÇÃO PREDIAL CONFORME ART 238 DA LC 07/97. ALÍQUOTA PROGRESSIVA . RECLAMAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA .UNANIMIDADE		
Nº	011311/2021	Relator	Jéssica da Costa
Reclamante	CABANAS DA PRAIA MOLE EMPREEND TURISTICOS SA		
Valor histórico	R\$ 105.807,39		
Procurador	GILLES MARCELO SIEVES 22873/SC.		

Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por maioria, em não conhecer da Reclamação. Participaram do julgamento, além do conselheiro relator, os conselheiros Aloisio dos Santos, Bruna Amorim Fritzen Uba e Maurício Natal Spilere.		
Ementa	IPTU. LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 480/2013. LIMITE DE 50% NA MAJORAÇÃO DO IPTU. FÓRMULA DE CÁLCULO PREVISTA NO ART. 2º, INCISOS I AO IV. IMPOSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE DE NORMA PELO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO. RECLAMAÇÃO QUE NÃO ATENDE À FORMA LEGAL MÍNIMA. NÃO CONHECIMENTO. MAIORIA.		
Nº	008388/2018	Relator	Aloisio dos Santos:
Reclamante	C. COELHO & CIA LTDA		
Valor histórico	R\$ 3.892,33		
Procurador	EDUARDO HAWERROTH COELHO 16.769/SC.		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, conhecer da Reclamação para, no mérito, negar-lhe provimento.		
Ementa	TCRS - LC 132/2003 - A MUDANÇA DE BASE DE CÁLCULO DA TCRS, PROMOVIDA PELA LC 132/2004 É REVESTIDA DE LEGALIDADE, SENDO O LIMITADOR CRIADO PELA LC 136/2004, DE APLICAÇÃO EXCLUSIVA PARA O EXERCÍCIO 2004. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA – UNÂNIME.		
Nº	079032/2017	Relator	Aloisio dos Santos
Reclamante	IVANISE CLAUDINO DOS SANTOS		
Valor histórico	R\$ 1.177,01		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, conhecer e prover a Reclamação.		
Ementa	TCRS – USO COMERCIAL OU RESIDENCIAL. UTILIZAÇÃO EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL, COMPROVADO O CANCELAMENTO DA EMPRESA. OBEDIÊNCIA AO ART. 17 DO DECRETO 5.156 DE 24 DE SETEMBRO DE 2007. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. UNÂNIME.		
Nº	010757/2020	Relator	Bruna Amorim
Reclamante	HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		
Valor histórico	R\$ 1.155,33		
Procurador	LUANA REGINA DEBATIN TOMASI OAB/SC 28.524		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.		
Ementa	TCRS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 136/2004. VIGÊNCIA DO LIMITADOR APENAS EM 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNÂNIME.		
Nº	010758/2020	Relator	Bruna Amorim
Reclamante	HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		

Valor histórico	R\$ 1.155,33		
Procurador	LUANA REGINA DEBATIN TOMASI OAB/SC 28.524		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.		
Ementa	TCRS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 136/2004. VIGÊNCIA DO LIMITADOR APENAS EM 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNÂNIME.		
Nº	000375/2020	Relator	Osly Müller
Reclamante	LUCAS VIANA KNOCHENHAUER		
Valor histórico	R\$ 478,21		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em não conhecerda Reclamação.		
Ementa	TCRS. REVISÃO. FREQUÊNCIA DE COLETA. NÃO ATENDE A FORMA LEGAL MÍNIMA PARA SEU CONHECIMENTO. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNANIMIDADE.		
Nº	002858/2020	Relator	Osly Müller
Reclamante	OSVALDO MANOEL FLORINDO		
Valor histórico	R\$ 767,75		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em não conhecerda Reclamação.		
Ementa	TCRS. REVISÃO. NÃO ATENDE A FORMA LEGAL MÍNIMA PARA SEU CONHECIMENTO. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNANIMIDADE.		
Nº	006826/2021	Relator	Dalton Cezer Gonçalves de Souza
Reclamante	MABEL VIEIRA SOUTO		
Valor histórico	R\$ 1.800,91		
Procurador	- -		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da 2ª Câmara Julgadora do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em conhecer da Reclamação e, no mérito, dar provimento.		
Ementa	TCRS. ANO-EXERCÍCIO DE 2021. APARTAMENTO. EDIFICAÇÃO COM CARACTERÍSTICA PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA ANALISADA EM JULGAMENTO EM PROCESSO DISTINTO NO TAT. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. UNÂNIME.		
Nº	011953-2020	Relator	Samuel Blazius de Oliveira
Reclamante	MARIA ISABEL CORREA KANAN		
Valor histórico	R\$ 1.682,66		
Procurador	- -		

Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer e negar provimento à Reclamação.		
Ementa	TCRS. IMOVEIS NÃO RESIDENCIAIS. NÃO APLICAÇÃO DO LIMITADOR PREVISTO NO ART. 1º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 136/2004. APLICAÇÃO INTEGRAL DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 007/1997, COM ALTERAÇÕES DADAS PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL n.º 132/2003. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. UNANIMIDADE.		
Nº	010762/2020	Relator	Bruna Amorim
Reclamante	HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		
Valor histórico	R\$ 2.782,28		
Procurador	LUANA REGINA DEBATIN TOMASI OAB/SC 28.524.		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.		
Ementa	TCRS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 136/2004. VIGÊNCIA DO LIMITADOR APENAS EM 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNÂNIME.		
Nº	010764/2020	Relator	Bruna Amorim
Reclamante	HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		
Valor histórico	R\$ 2.782,28		
Procurador	LUANA REGINA DEBATIN TOMASI OAB/SC 28.524.		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.		
Ementa	TCRS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 136/2004. VIGÊNCIA DO LIMITADOR APENAS EM 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNÂNIME.		
Nº	10058/2020	Relator	Jéssica da Costa
Reclamante	LEONOR GONÇALVES SIMÕES		
Valor histórico	R\$ 1.913,25		
Procurador	LUANA GONÇALVES SIMÕES GAFUNDES 43110/SC.		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer da reclamação e negar provimento.		
Ementa	IPTU. TERRENO ENQUADRADO COMO ÁREA TURÍSTICA DE LAZER. IRRELEVÂNCIA DO ZONEAMENTO PARA FINS DE APURAÇÃO DO IPTU. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. UNANIMIDADE.		
Nº	010918/2020	Relator	Sidineia Delai Onzi
Reclamante	HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA		
Valor histórico	R\$ 1.155,33		
Procurador	LUANA REGINA DEBATIN TOMASI OAB/SC 28.524.		
Decisão	Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário Municipal em conformidade com o voto do(a) Conselheiro(a)		

		Relator(a), em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.	
Ementa		TCRS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 136/2004. VIGÊNCIA DO LIMITADOR APENAS EM 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNÂNIME.	
Nº	010916/2020	Relator	Sidineia Delai Onzi
Reclamante		HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	
Valor histórico		R\$ 767,75	
Procurador		LUANA REGINA DEBATIN TOMASI OAB/SC 28.524.	
Decisão		Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário Municipal em conformidade com o voto do(a) Conselheiro(a) Relator(a), em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.	
Ementa		TCRS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 136/2004. VIGÊNCIA DO LIMITADOR APENAS EM 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNÂNIME.	
Nº	010912/2020	Relator	Sidineia Delai Onzi
Reclamante		HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	
Valor histórico		R\$ 1.155,33	
Procurador		LUANA REGINA DEBATIN TOMASI OAB/SC 28.524.	
Decisão		Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário Municipal em conformidade com o voto do(a) Conselheiro(a) Relator(a), em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.	
Ementa		TCRS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 136/2004. VIGÊNCIA DO LIMITADOR APENAS EM 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNÂNIME.	
Nº	010911/2020	Relator	Sidineia Delai Onzi
Reclamante		HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	
Valor histórico		R\$ 1.155,33	
Procurador		LUANA REGINA DEBATIN TOMASI OAB/SC 28.524.	
Decisão		Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 1ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário Municipal em conformidade com o voto do(a) Conselheiro(a) Relator(a), em conhecer da Reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento.	
Ementa		TCRS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 136/2004. VIGÊNCIA DO LIMITADOR APENAS EM 2004. MUDANÇA DE CRITÉRIO JURÍDICO. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E IMPROVIDA. UNÂNIME.	
Nº	00693-2021	Relator	Samuel Blazius de Oliveira
Reclamante		FERNANDO AYRES DE SOUZA	
Valor histórico		R\$ 3.364,10	
Procurador		- -	
Decisão		Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer e negar provimento à Reclamação.	

Ementa		TCRS E IPTU. IMOVEIS NÃO RESIDENCIAIS. VEDAÇÃO DO § 5º, DO ART. 22, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 574/2016. NÃO CONHECIMENTO. UNANIMIDADE.	
Nº	006643/2021	Relator	Dalton Cezer Gonçalves de Souza
Reclamante		IETE ISIDRA CHIERIGHINI	
Valor histórico		R\$ 10.383,96	
Procurador		- -	
Decisão		Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da 2ª Câmara Julgadora do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em não conhecer da Reclamação.	
Ementa		IPTU. REVISÃO DO VALOR VENAL. COMPETÊNCIA DA ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO LANÇAMENTO. ENTENDIMENTO DO § 4º DO ART. 56 DA LEI COMPLEMENTAR 007/97. RECLAMAÇÃO QUE NÃO QUESTIONA NENHUM ASPECTO DO LANÇAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DE RECEBIMENTO DO INCONFORMISMO COMO RECLAMAÇÃO NOS MOLDES DO ART. 22 DA LEI COMPLEMENTAR 574/2016. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNÂNIME.	
Nº	0005692/2020	Relator	Osly Müller
Reclamante		ILLAN PALERMO ROMANO	
Valor histórico		R\$ 318,81	
Procurador		- -	
Decisão		Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em conhecer e dar provimento à Reclamação.	
Ementa		TCRS. COBRANÇA EM UNIDADES DE GARAGENS DE NÚCLEO FAMILIAR. RECLAMAÇÃO CONHECIDA E PROVIDA. UNANIMIDADE.	
Nº	005604/2020	Relator	Osly Müller
Reclamante		RITA DE CÁSSIA LIRA	
Valor histórico		R\$ 1.151,65	
Procurador		- -	
Decisão		Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os membros da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo Tributário, por unanimidade, em não conhecer da Reclamação.	
Ementa		TCRS. REVISÃO. NÃO ATENDE A FORMA LEGAL MÍNIMA PARA SEU CONHECIMENTO. RECLAMAÇÃO NÃO CONHECIDA. UNANIMIDADE.	

Secretaria do Tribunal Administrativo, Florianópolis, 16 de dezembro de 2021. (GC)

PAULO ROBERTO SILVEIRA DE BORBA – PRESIDENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA
DIRETORIA DE RELACIONAMENTO



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

EU, _____, CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado na _____, Bairro _____, Município de _____ - _____, declaro, sob as penas da Lei, e para que produzam todos os efeitos jurídicos, que as informações, documentos e fotos enviadas em anexo através deste processo são autênticas e íntegras, condizendo integralmente com o documento original.

A presente declaração é expressão da verdade.

Florianópolis, _____ de _____ de 20 ____.

(posseiro/proprietário)